

## Portugal tem que se defender na Futura Reforma da PAC

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Quero em primeiro lugar saudar o Rotary Clube de Castelo Branco e a obra de solidariedade que abnegadamente têm levado a efeito.

Fazer o bem vale mais do que todas as palavras do mundo e nunca nenhuma frase, por mais brilhante que seja, o conseguirá quantificar.

Dá quem tem amor ao próximo e mesmo que tenha pouco será sempre muito para quem necessita e recebe.

*"Não importa o que um homem diz ou como o diz; Importa o que faz e como o faz"* (Richard Bach)

Agradeço o amável convite que me foi endereçado e muito me honra para aqui vir estar convosco e apresentar um tema à minha escolha.

Permitam-me que renove este agradecimento na pessoa do Sr Arquitecto José Carlos Mocito, amigo de infância, que quis desta forma distinguir-me, trazendo-me ao vosso convívio. Muito obrigado José Carlos.

Vários seriam os temas com relevante pertinência para aqui apresentar. Entre todos os que me ocorreram acabei por escolher Agricultura. Perdoem-me mas cedi à vocação e deformação profissional, cedi à minha consciência de que o sector primário continuará a ser importante no futuro próximo ou distante, mormente no nosso Distrito com marcado cariz rural.

Ao escolher este tema quero também prestar a minha homenagem aos agricultores Portugueses e, particularmente, aos Beirões porquanto têm porfiado para manter viva a actividade agrícola e o mundo rural lutando com difíceis condições de solo e clima e lutando com desvantajosas condições de ajudas da PAC em relação aos restantes agricultores da U .E. com quem têm que competir em preço e qualidade.

Ao escolher este tema assumo também, inequivocamente, a defesa do sector Agrícola e do Mundo Rural.

Em termos de Política Agrícola Comum (PAC) está em vigor até ao ano de 2006 o acordo ractificado em 1999 na Conferencia de Berlim, vulgarmente designado Agenda 2000 e do qual Portugal saiu prejudicado em termos de apoios à Agricultura Portuguesa porque :

- Não viu aumentadas as quotas de produção
- Não viu melhoradas as ajudas à produção

Apesar de o dossier agrícola na Agenda 2000 ser vigente até 2006, ocorreram tentativas por parte da Comissão Europeia ao longo de 2002 para promover uma Revisão Intercalar da Pac que mais não seria que uma Reforma antecipada.

Sendo a actual PAC desfavorável para Portugal, a proposta da Comissão, caso fosse posta em execução, tornaria a situação dos agricultores portugueses muito pior e até mesmo insustentável.

Nestas circunstâncias o Governo Português empenhou-se fortemente em contrariar a proposta da Comissão.

Ao mesmo tempo que se estava discutindo a Revisão Intercalar da PAC, a Presidência Dinamarquesa avançava no sentido de consumir o alargamento da U.E..sendo também pretendido que não fosse alterado o quadro orçamental.

Assim, propunha-se retirar receitas a todos os Estados Membros de igual forma, sem atender às condições de cada um.

Portugal iniciou a defesa dos seus interesses com um grupo de países que garantiam uma minoria de bloqueio e que posteriormente aumentou passando a constituir maioria no seio da U.E..

Finalmente,na cimeira da Presidência Dinamarquesa o entendimento França / Alemanha veio a determinar que ficasse garantida até 2006 a actual PAC e a existência de ajudas à agricultura Europeia até 2013.

Nestas circunstâncias, Portugal obteve ainda da Comissão Europeia o compromisso de ser feita uma análise à especificidade da agricultura Portuguesa tendo por objectivo esbater as diferenças de ajudas em vigor em relação aos restantes Estados Membros.

Inevitavelmente, a Europa tem que fazer uma nova Reforma da PAC até 2006 para vigorar durante o próximo Quadro Comunitário de Apoio, a vigorar entre 2007 e 2013.

Dentro deste cenário, Portugal precisa de evidenciar a discriminação negativa de que tem sido vítima e já o começou a fazer, foi esse esforço desenvolvido que determinou que a Revisão Intercalar da Pac não tivesse já dado origem a uma Reforma antecipada da Pac que se pretendia fazer entrar em vigor antes do alargamento da U.E..

A proposta da Comissão Europeia mantem-se todavia em aberto tendo em vista o horizonte de 2006. Tendo sido introduzidas algumas modificações que ainda não trazem melhorias para Portugal. Tudo continua por negociar.

Dito isto, permitindo-me apresentar aqui o cenário e perspectivas da agricultura portuguesa cujas condições específicas a colocam num contexto bem distinto daquele que os restantes países da U.E. Estão habituados a conhecer pelo contacto com as agriculturas mais desenvolvidas do centro e norte da Europa.

A presente análise visa, objectivamente, a comparação da Agricultura Portuguesa com a Dinamarquesa, e que são, respectivamente, a menos e a mais apoiadas da U.E.

Neste contexto, permito-me referir que a política agrícola comum continua a ser um eixo fundamental na construção da União Europeia, com relevante importância estratégica, económica e social devendo contribuir como factor de desenvolvimento e de coesão das agriculturas dos diversos estados membros.

De forma relevante, está consignado no Tratado da União como princípio fundamental o objectivo da coesão económica e social que deverá orientar todas as políticas comuns sectoriais da União Europeia nomeadamente, a Política Agrícola Comum, que devendo estar acima de simples exercícios contabilísticos e orçamentais para conter a insatisfação dos mais débeis e manter a satisfação dos mais fortes.

É assim, indispensável que a nossa reflexão e debate se desenvolvam também dentro do objectivo de coesão.

Após este breve preâmbulo permitam-me que passe a apresentar-vos a agricultura portuguesa no contexto de adesão e integração na PAC, seu posicionamento e eventuais perspectivas no âmbito da proposta de reforma da Comissão Europeia.

A agricultura portuguesa aderiu à comunidade em 1986 em evidente estado de sub desenvolvimento e atraso em relação à dos restantes Estados Membros.

Com notável esforço por parte dos agricultores e de todos os agentes envolvidos tem tentado ultrapassar as suas debilidades e subsistir ao impacto de integração perante agriculturas mais desenvolvidas, economicamente mais rentáveis e com níveis de ajudas mais elevados.

A agricultura portuguesa tem sido obrigada a uma difícil missão de recuperação de atrasos e à obrigatoriedade de competir e convergir com níveis de ajuda inferiores.

### 1º Pilar da PAC.

Portugal ficou amarrado no 1º Pilar da PAC às suas produtividades históricas que são baixas :

- Com baixas quotas nos produtos mais apoiados pela PAC:
  - . Não pode produzir mais;
  - . Não pode aumentar produtividade;
  - . Recebe baixo nível de ajudas porque o mesmo é determinado pela produtividade histórica.
- O apoio da PAC é pequeno para os produtos mediterrânicos. Estes, têm elevado peso na estrutura produtiva da agricultura Portuguesa.

A atribuição de ajudas em função das produtividades é um aspecto perverso da PAC para as agriculturas menos desenvolvidas e contraria a lógica da coesão:

- A PAC dá mais ajudas a quem tem mais produtividade histórica. Induz um confortável ciclo económico positivo;
- A PAC dá menos ajudas a quem tem menos produtividade histórica. Induz um perigoso ciclo económico negativo e segregador;
- A PAC ajuda mais quem precisa menos;
- A PAC ajuda menos quem precisa mais.

Embora adversa, a PAC é indispensável à sobrevivência da agricultura Portuguesa. Sem essa ajuda, os resultados económicos das explorações tornam-se negativos e levam ao colapso das mesmas.

### 2º Pilar da PAC - Desenvolvimento Rural

É muito importante para Portugal, permite viabilizar e manter sistemas de agricultura tradicionais em regiões desfavorecidas, ajudando a manter o mundo rural, a defender e preservar o ambiente.

### Portugal e a Proposta de Revisão Intercalar da Comissão Europeia

- 1 - A PAC consignada na Agenda 2000 está vigente até 2006.
- 2 - A Revisão Intercalar da PAC não pode ser uma reforma. Pode propor ajustamentos e abrir a discussão para que a reforma se processe a partir de 2006.
- 3 - Aceita :
  - O reforço do 2º Pilar da PAC;
  - Ligação das ajudas à eco-condicionalidade;
  - Segurança alimentar;
  - Preservação do ambiente;
  - Bem-estar animal.
- 4 - Recusa:
  - A redução de ajudas à agricultura Portuguesa;
  - A manutenção de baixas quotas para Portugal no 1º Pilar da PAC baseadas nos valores históricos;
  - A manutenção do nível de ajudas do 1º Pilar da PAC com base nos valores históricos;
  - O baixo nível de ajudas às culturas mediterrânicas;
  - A aplicação de uma modulação cega sem atender ao nível de desenvolvimento agrícola de cada E.M.;
  - A aplicação do "Decoupling".

### Decoupling

É um sistema difícil de aceitar e compreender pelos agricultores e pela sociedade, com previsíveis efeitos indesejáveis.

No curto prazo:

- As agriculturas menos desenvolvidas e com baixo rendimento cessam a produção usual;

- Se preferirem receber apenas a ajuda sem ter que produzir, os agricultores asseguram um rendimento enquanto existir "Decoupling". Não precisam de fazer despesas nem esforço para produzir. A produção dos respectivos países pode baixar drasticamente nesses produtos;

- Dispondo já de uma ajuda, se passarem a desenvolver uma actividade agrícola entre as que não têm ajudas vão concorrer deslealmente com os que já estão nessa actividade sem ajuda. Matam essas explorações agrícolas.

Mais tarde:

- A ajuda dada à agricultura vai terminar. Ninguém vai entender que se pague a quem não produz;

- Esta é uma forma capciosa de terminar com a PAC, com os esforços de melhorar e convergir por parte das explorações menos desenvolvidas.

Portuga deseja:

- Que seja respeitado e posto em prática o princípio de coesão consignado no Tratado da União;

- Que a atribuição de quotas de produção no 1º Pilar da PAC não fique condicionada pelos valores históricos;

- Que o nível de ajudas no 1º Pilar da PAC não seja limitado pelos valores históricos de produtividade;

- Que dentro do objectivo de coesão, o nível de ajudas no 1º Pilar da PAC seja atribuído em função do nível médio da U .E. e igual para todos;

- Que seja melhorado o nível de ajudas aos produtos mediterrânicos.

Fernando Penha

Castelo Branco, 18 de Fevereiro de 2003

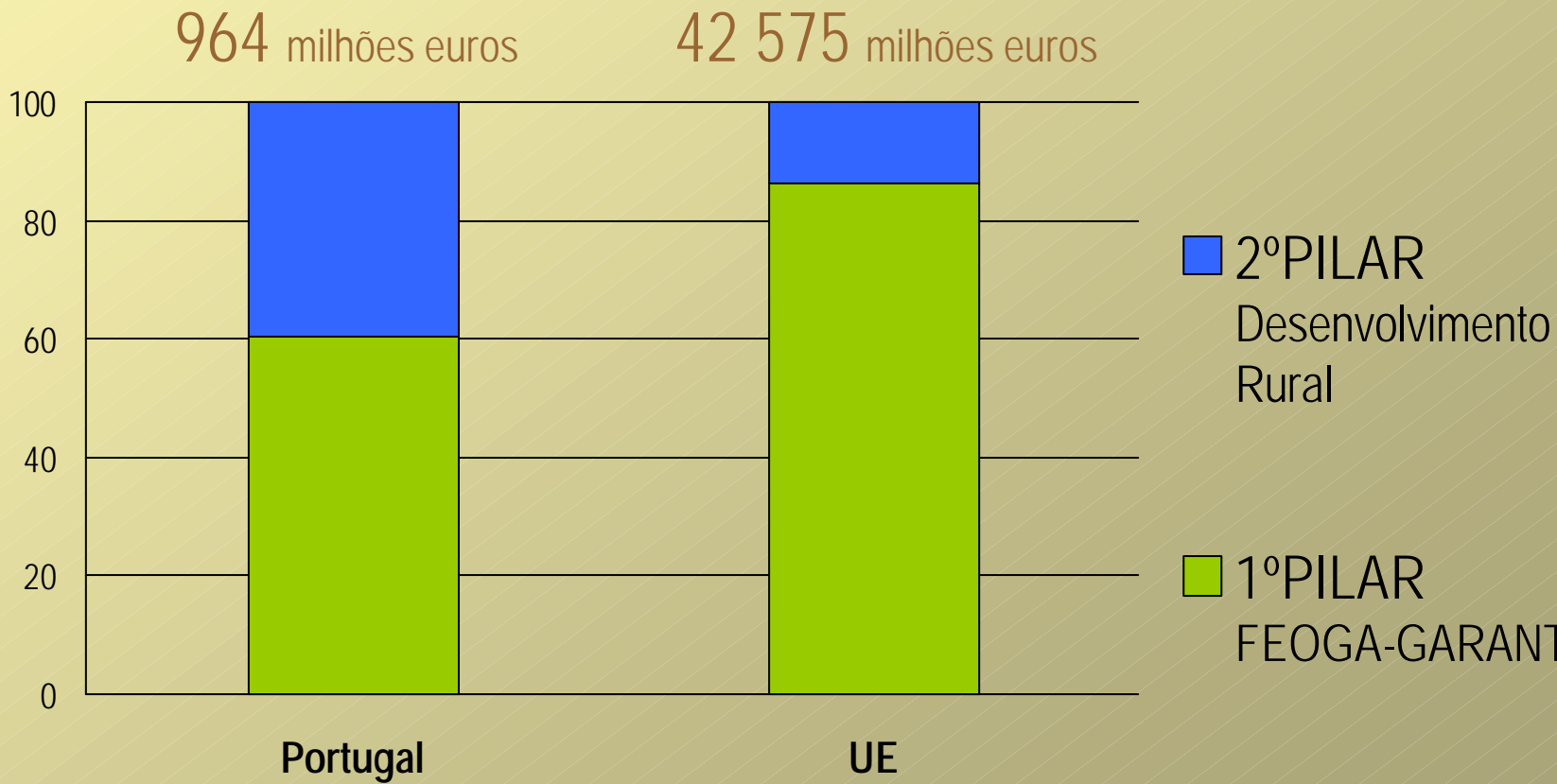
# Portugal e a PAC

*Um Estado Membro fortemente penalizado pelo desequilíbrio dos apoios provenientes do FEOGA Garantia e que necessita de produzir mais*

# Portugal:

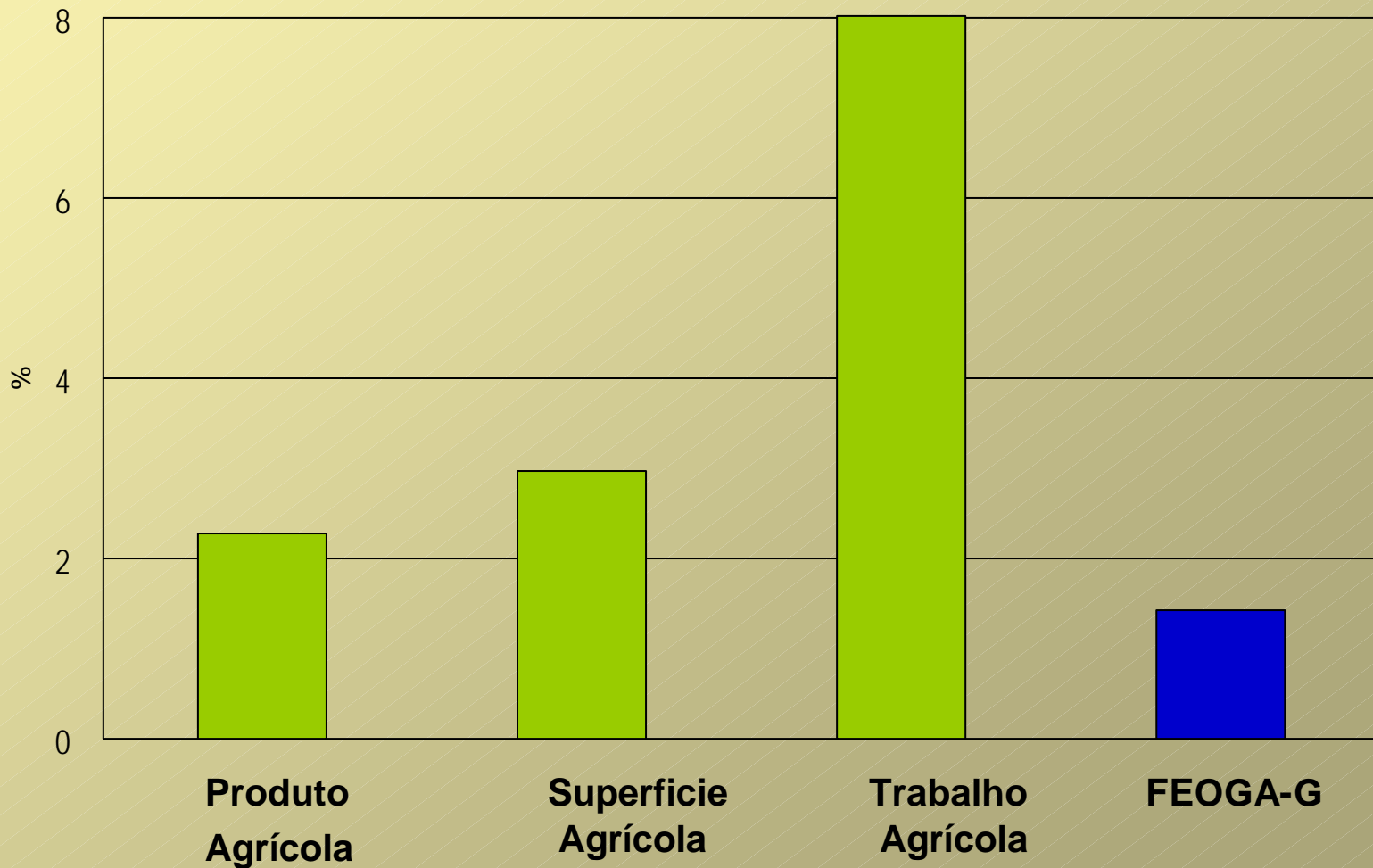
- O mais baixo nível de desenvolvimento agrário na UE
- Um enorme défice comercial agrícola
- O Estado Membro menos apoiado pela PAC

# PAC : Repartição pelo 1º Pilar e 2º Pilar (%)

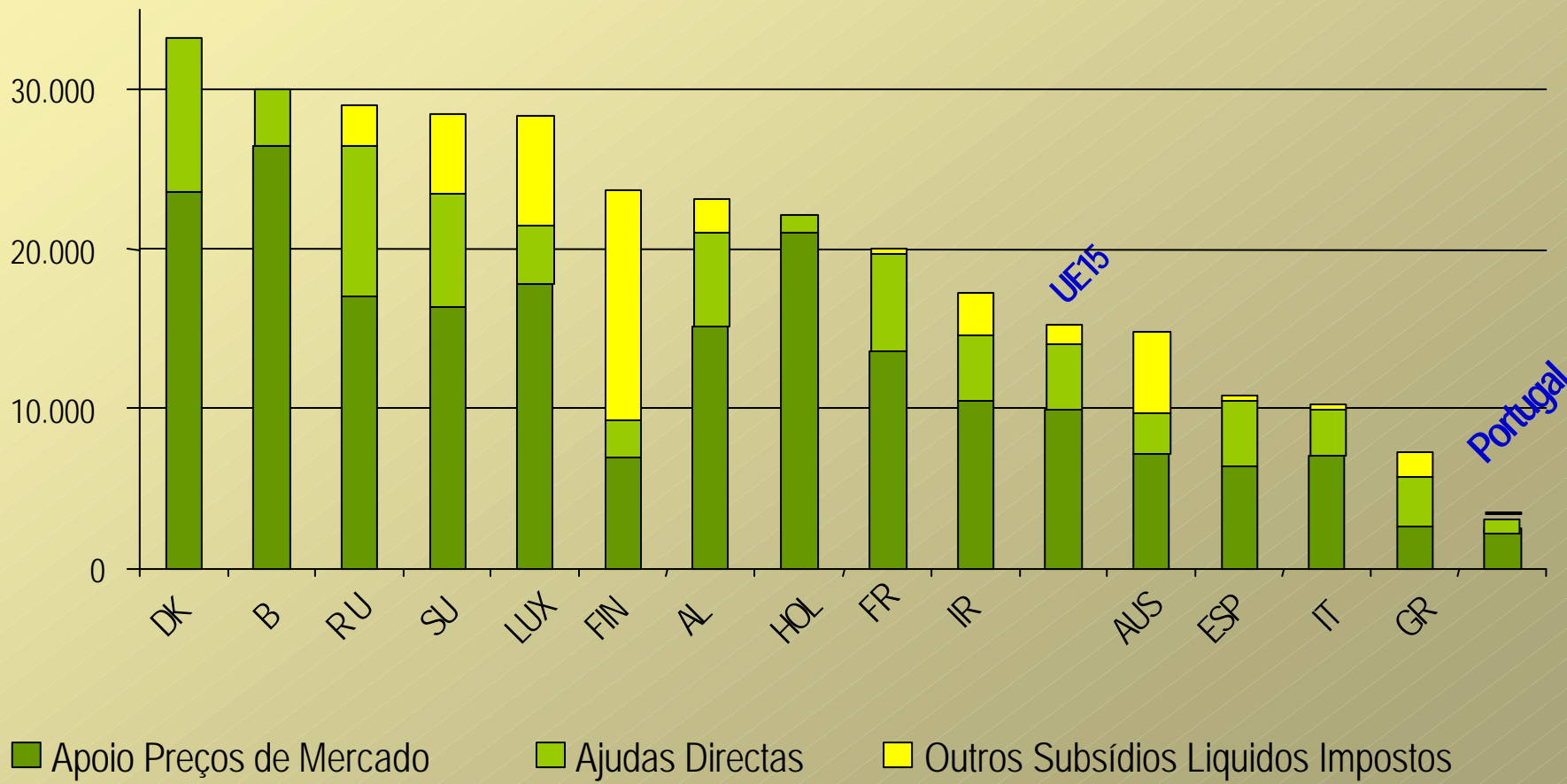


# Desequilíbrio dos Apoios

Portugal na UE



# No contexto Europeu ...



...o Estado Membro menos apoiado ! 5

# Rendimento agrícola por unidade de trabalho em Portugal:

- O mais baixo da UE
- $1/4$  da média da UE
- Inferior a  $1/2$  do 2º Estado Membro pior posicionado
- Inferior a  $1/7$  do Estado Membro melhor posicionado

# Causas das distorções:

- Quotas baseadas em dados históricos
- Ajudas unitárias ligadas a produtividades históricas
- Estrutura produtiva assente em produtos pouco apoiados

# Importadores líquidos...

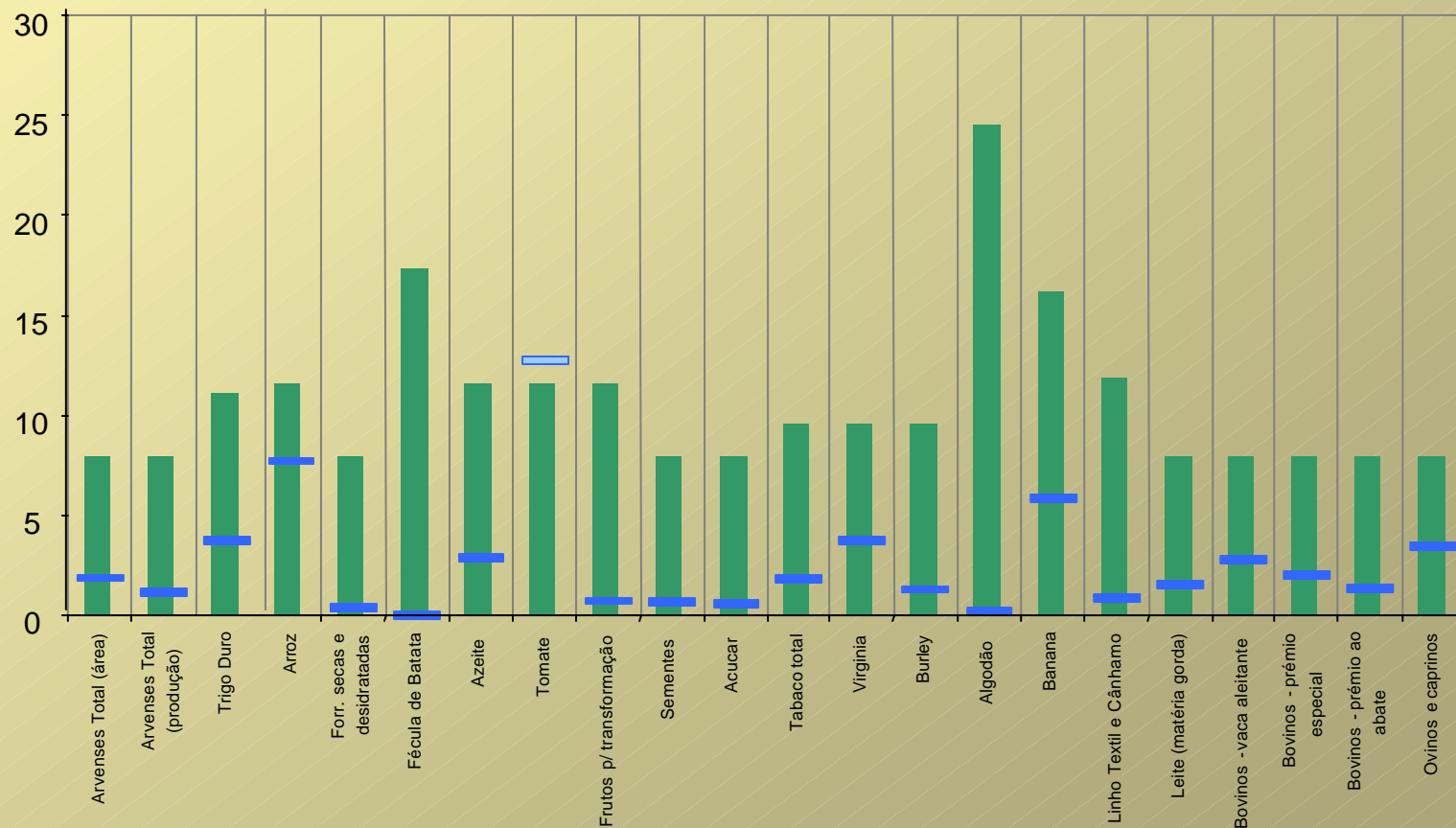
**Défice Comercial Agrícola:** -2 805 milhões de euros

**Grau de auto-aprovisionamento (%)**

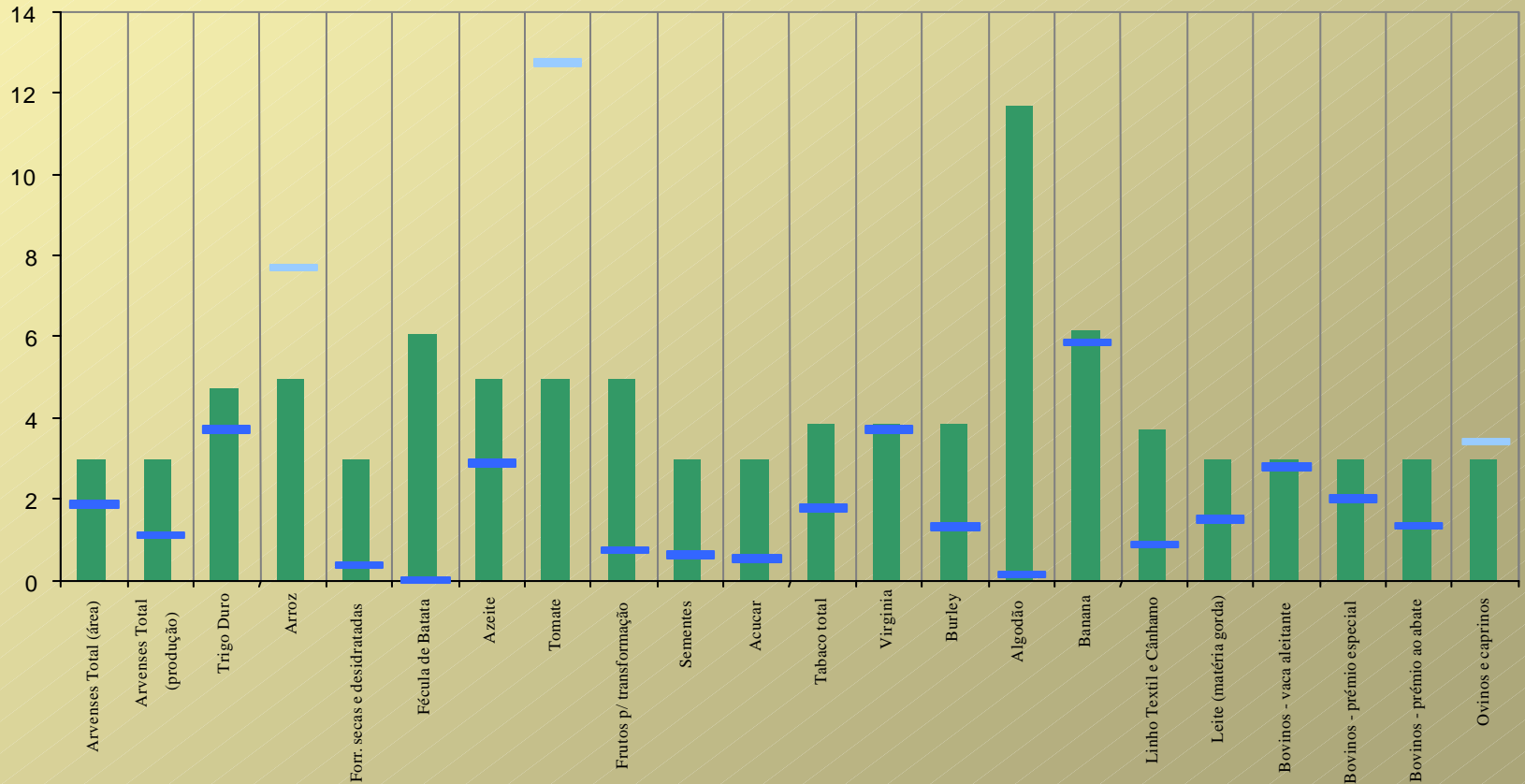
Cereais	33.2
Azeite	61.0
Açúcar	19.1
Bovinos	58.0
Ovinos e caprinos	67.6

... Havendo pois espaço para crescer dentro da nossa capacidade de consumo

# Com quotas baixas relativamente ao trabalho agrícola

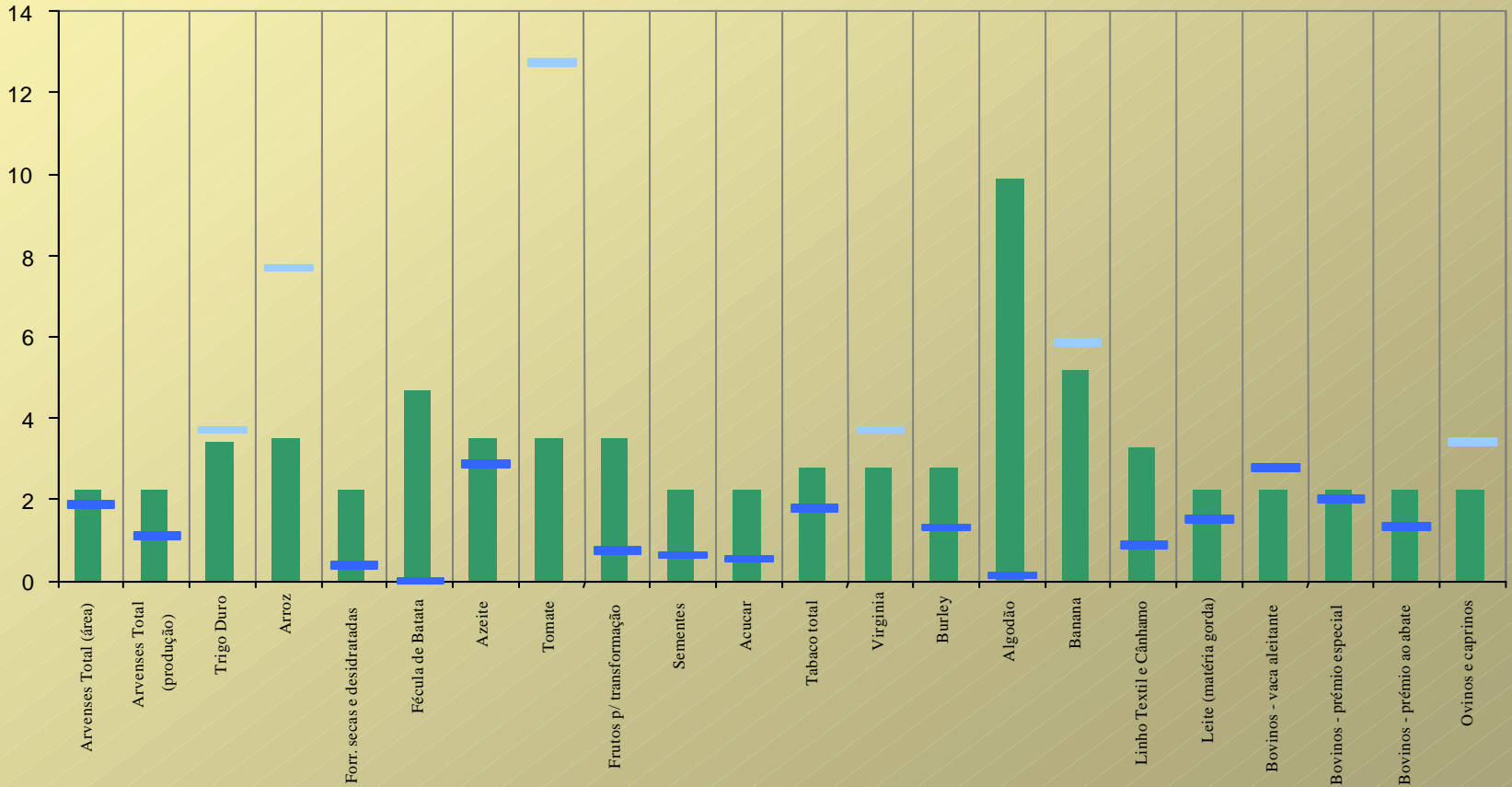


# Com quotas baixas ...



...relativamente à superfície agrícola

# Com quotas baixas ...



...relativamente ao produto agrícola

# **A Posição Portuguesa**

# A Favor:

- Reforço do 1º Pilar relativo a Portugal
- Reforço das quotas e ajudas unitárias revistas
- Transferência do 1º Pilar para o 2º Pilar (modulação moderada, obrigatória e uniforme em toda a União Europeia)

# Contra:

- A renacionalização da PAC
- A supressão do carácter protector da PAC

# Portugal e a PAC

*Um Estado Membro fortemente penalizado pelo desequilíbrio dos apoios provenientes do FEOGA Garantia e que necessita de produzir mais*